

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº , DE 2016 (Da Comissão de Legislação Participativa)

SUG Nº 52/2012 (Da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA)

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para dispor sobre as penas aplicáveis aos crimes de corrupção e análogos; o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, para conferir prioridade de tramitação às ações penais de crimes hediondos; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos a corrupção e tipos penais análogos; e a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre o Sistema Eletrônico de Licitação e o sigilo da identidade dos licitantes.

O Congresso Nacional decreta:

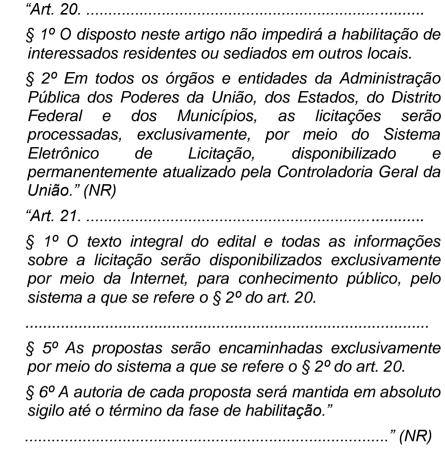
Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 312	
Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa	₹.
" (NR)	
"Art. 313-A	
Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa	₹.
" (NR)	
"Art. 316	
Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.	
" (ND)	

	Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa" (NR)
	"Art. 318
	Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
	" (NR)
	"Violação do sigilo de proposta de licitação
	Art. 326 - Devassar o sigilo de proposta de licitação pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassálo:
	Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa. " (NR)
	"Art. 332
	Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
	" (NR)
	"Art. 333
	Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.
	" (NR)
Art. 2º.	O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a
vigorar acrescido do	seguinte art. 41-A:
	"Art. 41-A. Em se tratando de crime hediondo, a ação penal terá, em qualquer grau de jurisdição, tramitação prioritária sobre os demais processos, procedimentos, atos e diligências."
Art. 3º.	O art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a
vigorar acrescido do	seguinte inciso IX:
	"Art. 1°
	IX – peculato (art. 312, caput e § 1°), inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A), concussão (art. 316, caput), corrupção passiva (art. 317, caput e § 1°), facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318), violação do sigilo de proposta de licitação (art. 326), tráfico de influência (art. 332) e corrupção ativa (art. 333)."
Art. 4°.	Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com

as seguintes alterações:

"Art. 317.....



Art. 5º. A Controladoria Geral da União, no prazo máximo de um ano, desenvolverá Sistema Eletrônico de Licitação, que disponibilizará a todos os órgãos e entidades da Administração Pública dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

Parágrafo único. O sistema a que se refere o *caput* será mantido e permanentemente atualizado pela Controladoria Geral da União.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor após decorridos trinta dias de sua publicação oficial.

Sala das Sessões, em de novembro de 2016.

Deputado **Chico Lopes**Presidente